

EDITAL Nº07/FUNOESC/2021

Para atendimento do art. 13 da Lei n.º 12.101/09, alterada pela Lei n.º 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto n.º 8.242/14 (Entidade Beneficente de Assistência Social), abre processo seletivo para concessão de bolsas de estudos na educação básica (Colégios de Xanxerê, Xaxim, Videira, São Miguel d'Oeste e Joaçaba), mantidos pela Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – Funoesc, para o ano letivo de 2022, e dá outras providências.

O Presidente da Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina – Funoesc, professor Genesio Téó, no uso de suas atribuições e de acordo com a legislação correlata, declara aberto o **Processo Seletivo** de concessão de Bolsas de Estudos, com recursos da Lei n.º 12.101, de 2009, alterada pela Lei n.º 12.868, de 2013 e regulamentada pelo Decreto n.º 8.242, de 2014 (Entidade Beneficente de Assistência Social), para estudantes com matrículas e rematrículas no ano de 2022, nos colégios de Educação Básica, mantidos pela Funoesc, conforme segue:

1. DA INSCRIÇÃO E AGENDAMENTO DE ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1 - As inscrições para o pedido de bolsa que trata este edital serão efetuadas **exclusivamente por meio eletrônico**, mediante o **preenchimento do formulário de inscrição** disponível no endereço eletrônico www.unoesc.edu.br (Portal de Ensino/modulo controle de pais – acessar com código e senha → Espaço Acadêmico → Pedido de Bolsa – buscar a linha da matrícula do aluno → Criar Novo Pedido), e **envio eletrônico ou a entrega da documentação** prevista item 2.4 de acordo com o que segue:

1.1.1 - O período para fazer o pedido de bolsa online será de: **27/10/2021 à 16/11/2021.**

1.1.2 A entrega dos documentos poderá ser feita de forma:

I – **PRESENCIAL**: Com **agendamento de horário** para entrega da documentação através dos links:

- a) Colégio Expressivo – Xanxerê e Xaxim - <https://unoescxxe.reservio.com>
- b) Colégio Superação – Videira - <https://unoescvda.reservio.com>
- c) Colégio Superativo – Joaçaba - <https://unoescjba.reservio.com>
- d) Colégio Unoesc de Educação Inovadora – São Miguel d'Oeste - <https://unoescsmo.reservio.com/>

II – **ELETRÔNICA**: Com **envio eletrônico** da documentação para os seguintes endereços, respectivamente:

- a) Colégio Expressivo –Xanxerê e Xaxim – sae.xxe@unoesc.edu.br
- b) Colégio Superação –Videira – sae.vda@unoesc.edu.br
- c) Colégio Superativo –Joaçaba - sae.jba@unoesc.edu.br
- d) Colégio Unoesc de Educação Inovadora – São Miguel d’Oeste – sae.smo@unoesc.edu.br

1.2 - A inscrição do aluno para receber bolsa de estudo implica, automaticamente, na autorização para:

1.2.1 - utilização e divulgação das informações contidas na ficha de inscrição, bem como expressa concordância quanto à apresentação de quaisquer documentos solicitados pela Equipe Técnica;

1.2.2 - divulgação, quando requerido por qualquer órgão fiscalizador, das informações prestadas por ocasião de sua inscrição.

1.3 - É de inteira responsabilidade dos responsáveis dos alunos a observância dos prazos estabelecidos neste Edital, bem como o acompanhamento de eventuais alterações e verificação dos resultados, por meio do endereço eletrônico (site) ou no SAE de cada Campus da Unoesc.

2. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

2.1 - A inscrição no processo de bolsa passa a ter validade após entrega:

2.1.1 - Do requerimento de inscrição devidamente preenchido, impresso e assinado pelo responsável do aluno;

2.1.2 - Dos documentos que comprovem as informações prestadas, de acordo com o item 2.4 deste edital.

2.2 - A entrevista e conferência dos documentos será realizada somente na presença do responsável pelo aluno na data e horários previamente agendados.

2.3 - O responsável que fez o requerimento de bolsa de estudo responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações por ele prestadas.

2.4 - No processo de aferição de informações, o responsável deverá apresentar fotocópia dos seguintes documentos, devidamente atualizados, de todos os integrantes do seu grupo familiar:

I – Pedido de Bolsa devidamente preenchido no Portal de Ensino, impresso e assinado pelo responsável.

II - Carteira de Identidade e CPF de todos os integrantes do grupo familiar, podendo ser apresentada certidão de nascimento no caso de menores de 18 anos (que não possuam carteira de identidade).

III - No caso de pessoas casadas ou que vivem em União Estável, ou ainda, em caso de divorciado ou separado, deverá ser apresentado um dos documentos a seguir: **Certidão de casamento**, Contrato de **União Estável**, conforme (Anexo I), ou documento legal que comprove o **divórcio ou separação**.

IV - Declaração de imposto de renda pessoa física (DIRPF), de todos os membros do grupo familiar com mais de 18 (dezoito) anos, podendo ser apresentados:

- Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, ano 2021, exercício 2020 (com todas as folhas e recibo de entrega); ou,

- Caso não seja declarante, apresentar comprovante de Isenção de Imposto de Renda do ano de 2021 disponível no link para consulta:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>

V - Comprovante de residência: que pode ser a última fatura de energia elétrica, telefone fixo, telefone móvel ou água em nome do responsável.

VI - Em caso de **moradia alugada, financiada ou cedida**, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Se a moradia for alugada: Contrato de aluguel e o último recibo de pagamento ou Declaração, do proprietário do imóvel sobre o recebimento do aluguel.

b) Se a moradia for financiada: Comprovante de pagamento da última prestação do imóvel.

c) Se a moradia for cedida: Declaração do proprietário do imóvel sobre a cessão do mesmo, conforme (Anexo XII).

VII - Com relação ao **patrimônio familiar**, deverá ser apresentada a Declaração própria (Anexo III), datada e assinada, por um dos integrantes do grupo familiar maior de 18 anos, mencionando os **bens do grupo familiar** e os seus respectivos valores; **ou**, Declaração negativa de bens (Anexo IV), caso ninguém do grupo familiar possua bens.

VIII - Se houver gasto com **transporte coletivo**, referente ao deslocamento do aluno até o Colégio, deverá ser apresentado comprovante (recibo ou nota fiscal) mensal. O comprovante deve ser nominal ao aluno e possuir dados da empresa de transporte (CNPJ, razão social, endereço, carimbo e assinatura do responsável).

IX - Se houver, além do aluno, outro integrante do grupo familiar estudando em instituição de educação **particular**, deverá ser apresentado o comprovante de matrícula com o valor da mensalidade.

X - Quando os pais do aluno forem **divorciados, separados ou falecidos**, deverá ser entregue o comprovante de **divórcio, separação dos pais** ou **certidão de óbito**, no caso de um deles não constar do grupo familiar do aluno por esta razão.

XI - Comprovantes de rendimentos (integrantes do grupo familiar, conforme a situação de cada um), podendo sê-los:

a) Assalariado: Folha de pagamento (recibo de salário) dos três últimos meses ou se houver recebimento de horas extras e/ou comissões, deverão apresentar dos últimos seis meses; e, Declaração da empresa onde trabalha, se esta concede ou não vale-alimentação, e em caso positivo citando o valor mensal.

b) Trabalhador autônomo ou profissional liberal: Declaração de renda de Autônomo (Anexo V).

c) Proprietário de empresa:

1 - Declaração de Percepção de Rendimentos original, feita por Contador ou Técnico Contábil inscrito no respectivo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, contemplando os rendimentos dos últimos 12 meses, relativos à retirada de pró-labore, distribuição de lucros e outros rendimentos auferidos no período;

2 - Declaração de Escrituração Contábil Fiscal (ECF) completa, no caso de empresas optantes pelo Simples Nacional a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) e Declaração Anual do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual (DASN -SIMEI);

3 - Balanço patrimonial da Empresa;

4 - Contrato social atualizado, registrado na Junta Comercial, ou instrumento equivalente;

5 - Em caso de empresa sem atividade e/ou inativa apresentar protocolo da baixa de uma das esferas: Municipal, Estadual ou Federal.

d) Aposentado ou pensionista:

Comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão do último mês, retirado do site da previdência social em <http://www.previdencia.gov.br/servicos-aocidadao/todos-os-servicos/extrato-de-pagamento-de-beneficio/> ou Comprovante expedido em agência do INSS; e, Declaração que não exerce atividade remunerada (Anexo VII), caso o aposentado possua até 70 anos de idade.

e) Agricultor:

1 - Declaração de renda emitida por sindicato rural do município onde os integrantes do grupo familiar possuem atividade, conforme modelo (Anexo VIII) (caso o produtor não seja associado, apresentar declaração que não é associado);

2 - Imposto Territorial Rural (ITR) ou Contrato de arrendamento e/ou parceria (se houver);

3 - Declaração de movimento econômico de agricultura familiar expedida pelo respectivo Município;

4 - No caso de produtor de leite, anexar as 06 (seis) últimas **notas de venda** do produto;

5 - Para residentes em Santa Catarina apresentar documento emitido pela CIDASC e/ou Secretaria de Agricultura de cada município, informando o número de bovinos e bubalinos na propriedade de acordo com o projeto PIB-SC ou para residentes em outro

estado, documento emitido pelo órgão responsável por essas informações informando o número de bovinos na propriedade.

f) Recebimento de Ajuda Financeira: Declaração de renda agregada, (com reconhecimento de firma), identificado com nome, CPF, endereço e valor mensal da ajuda financeira de terceiros (parentes ou não) de acordo com o (Anexo IX).

g) Estagiário: Termo de compromisso de estágio.

h) Professor ACT: 03 (três) últimas folhas de pagamento; e, Declaração do contratante se concede ou não vale-alimentação, em caso positivo citando o valor.

i) Recebimento de Pensão Alimentícia: Decisão judicial ou acordo homologado judicialmente; e, Declaração atualizada com o valor da pensão alimentícia, conforme modelo (Anexo X).

j) Recebimento de aluguel de imóvel de propriedade da família deverá ser apresentada cópia do contrato de locação ou declaração de recebimento de aluguel, conforme modelo (Anexo XI).

k) Desempregado ou Sem remuneração (integrante do grupo familiar, com mais de 16 e menos de 70 anos): Declaração assinada pelo integrante do grupo familiar atestando que não exerce qualquer tipo de atividade remuneratória, de acordo com o (Anexo VII); e, Rescisão contratual, do último trabalho registrado em Carteira de Trabalho, quando houver.

XII - Se houver gastos mensais relativos à **doença crônica**, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes: Laudo médico (não trazer exames) com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID (com data de até 06 meses anteriores); Receita do medicamento de uso contínuo; e, Notas fiscais de compra da medicação.

XIII - Com relação às **situações especiais** previstas no edital, relaciona-se a seguir os documentos necessários para comprovação:

a) Pessoa com deficiência no grupo familiar: Laudo médico (não trazer exames) atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, nos termos do Art. 4º do decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com a redação alterada pelo Decreto nº 5.296, 02 de dezembro de 2004, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID).

b) Vítimas de calamidade recente, com grande perda de patrimônio: Declaração expedida pelo Município atestando que sua família/propriedade foi vítima de calamidade pública (vendaval, incêndio, enchente, seca), nos últimos 12 (doze) meses.

c) Gastos com cirurgia não estética: Comprovantes de gastos com cirurgia não estética, ocorrida nos últimos 12 (doze) meses, descrevendo o tipo da cirurgia e valores dispensados.

c) Transtornos comportamentais (dependências químicas, jogos, roubo): Documento comprobatório da situação, emitido por profissional que acompanhe a situação.

XIV – Comprovante de cadastro socioeconômico para Programas Sociais do Governo Federal – **CadÚnico**, disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cidadao/

XV – Termo de Consentimento para Tratamento de Dados.

2.5 - Na aferição das informações prestadas pelo representante do aluno, a equipe técnica de bolsas de estudo, através de seus representantes, analisará além da documentação apresentada, quaisquer elementos que demonstrem e evidenciem patrimônio, renda ou padrão de vida e de consumo incompatíveis com as normas deste Edital ou com a renda declarada no pedido de bolsa.

2.6 - A equipe técnica, se julgar necessário à comprovação das informações prestadas pelo responsável, referentes a este ou aos integrantes de seu grupo familiar poderá exigir, a qualquer tempo, a apresentação de outros documentos e esclarecimentos.

2.7 - Será automaticamente desclassificado o aluno que não apresentar:

I) ficha de inscrição assinada;

II) todos os documentos exigidos neste Edital;

III) patrimônio incompatível com os critérios de seleção deste Edital.

3. DAS VAGAS E DA SELEÇÃO DOS BOLSISTAS

3.1 - O processo de seleção de bolsistas, segundo o perfil socioeconômico, condiciona-se ao cumprimento dos requisitos previstos no item 2 deste Edital e de renda estabelecidos na Lei 12.101, de 2009, conforme:

I) Poderá concorrer a bolsa de estudo de 100%, o aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário mínimo e meio;

II) Poderá concorrer a bolsa de estudo de 50%, o aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de três salários mínimos.

3.2 - Os bolsistas de que trata o item 3.1 deverão ser selecionados, prioritariamente, a partir do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico.

3.3 - Para atendimento do art. 13 da Lei n.º 12.101/09, os Colégios de Educação Básica mantidos pela Funoesc concederão bolsas de estudo na seguinte proporção:

I - 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes;

II - bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento), para cumprimento da proporção de uma bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes.

3.4 - As bolsas de estudo serão concedidas de acordo com a disponibilidade de vaga prevista no item 3.4, observados os pré-requisitos do item 3.1, em ordem crescente, de acordo com os critérios a seguir:

- 1º - Menor renda familiar per capita, selecionados, prioritariamente, a partir do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico;
- 2º - Menor renda familiar per capita;
- 3º - Residir mais próximo do Colégio;
- 4º - Sorteio, no caso de empate.

3.5 - Os candidatos classificados, permanecerão em lista de espera e de acordo com a necessidade de cumprimento do item 3.3, poderão ser contemplados no decorrer do ano de 2022.

3.6 - A renda per capita é calculada somando-se o rendimento bruto de todos os integrantes do grupo familiar, dividida pelo número de dependentes, ou seja: $a = b/c$, sendo que (a) = Renda *per capita*; (b) = soma da renda bruta familiar; (c) = número total de componentes do grupo familiar.

3.7 – Considerando o Art. 12 da Portaria MEC nº 15/2017, para fins de apuração da renda familiar, entende-se como grupo familiar a unidade nuclear indicada pelo candidato/familiar, composta por uma pessoa ou mais pessoas, eventualmente, ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham despesas atendidas por aquela unidade familiar.

3.8 - Entende-se como renda bruta mensal familiar o somatório dos rendimentos auferidos por todos os integrantes do grupo familiar, composto pelo valor bruto de salários, proventos, vale- alimentação, gratificações eventuais ou não, gratificações por cargo de chefia, pensões alimentícias, aposentadorias, benefícios sociais, comissões, pró-labore, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio, e quaisquer outros, de todos os integrantes do grupo familiar.

3.9 - Somente poderá ser abatido da renda referida no item 3.6 o montante pago a título de pensão alimentícia, exclusivamente no caso de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública que assim determine.

3.10 – A critério da Funoesc, a concessão do benefício poderá ser renovada para os anos subsequentes, desde que cumpridas as exigências do item 3.1 deste edital e que apresentem patrimônio compatível com os critérios de seleção.

4. DO ENCERRAMENTO E CANCELAMENTO DA BOLSA DE ESTUDO

4.1 - Será encerrada a bolsa de estudo do beneficiado se:

- a) o aluno abandonar o período letivo (evasão) ou transferir-se para outra Escola;
- b) o responsável pelo aluno bolsista apresentar substancial mudança de condição socioeconômica, que comprometa a observância dos requisitos estabelecidos neste edital;
- c) o responsável pelo aluno solicitar a desistência do benefício;
- d) houver decisão ou ordem judicial;
- e) o aluno beneficiado vir a falecer;
- f) encerrar o ano letivo.
- g) haver a perda do caráter de entidade beneficente de assistência social da instituição.

4.2 - Será cancelada a bolsa de estudo do aluno beneficiado se confirmado as evidências de inveracidade nas informações prestadas ou inautenticidade nos documentos apresentados.

5. DAS DENÚNCIAS

5.1 - O processo de seleção e distribuição das bolsas de estudo de que trata o presente Edital, será realizado sem interferências pessoais, ideológicas, político-partidárias ou privilégios, baseando, sua análise e deferimento, tão somente nas informações e documentação apresentada pelo representante legal do aluno.

5.2 - Qualquer pessoa, independente de identificação, poderá formalizar denúncia, via internet (através do endereço eletrônico <http://www.unoesc.edu.br/atendimento/denuncias>) ou pelo telefone de cada Campus da Unoesc e suas unidades administrativas.

5.3 - As denúncias poderão ser realizadas durante todo o período de vigência da bolsa.

5.4 - Se julgada procedente a denúncia, o beneficiado terá a Bolsa encerrada, após oportunidade do contraditório e da defesa no prazo a ser determinado pela Equipe Técnica, estando obrigado a restituir os valores recebidos, de forma corrigida.

6. DO CRONOGRAMA DO EDITAL

Prazo para inscrição	27/10/2021 à 16/11/2021
Data da análise dos documentos	17/11 à 23/11/2021
Data da homologação dos classificados	24/11/2021

Prazo para recurso da homologação dos classificados	2 dias
---	--------

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - O Setor de Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) do respectivo campus terá por atribuição, orientar no preenchimento do pedido de bolsa e juntada dos documentos exigidos, em caso de dúvidas; e assessorar a comissão e a direção dos colégios para posterior emissão de relatórios para prestação de contas.

7.2 - Todos os estudantes do Colégio, inclusive os beneficiários das bolsas, estarão igualmente regidos pelas mesmas normas e regulamentos internos da instituição.

7.3 - A divulgação do resultado do processo seletivo será publicada no www.unoesc.edu.br bem como fixar-se-á o inteiro teor deste Edital e o resultado deste processo seletivo nos murais das secretarias dos respectivos colégios.

7.4 - Este Edital poderá ser revogado a qualquer tempo, por motivo justificado de conveniência administrativa ou por fator superveniente, sem qualquer direito a indenização dos interessados a bolsas de estudo.

7.5 - O presente Edital entra em vigor nesta data.

Joaçaba/SC, 26 de outubro de 2021

Prof. Genesio Téo
Presidente da Funoesc